



**A CILADA  
DA  
MERITOCRACIA**

Como um mito fundamental da  
sociedade alimenta a desigualdade, destrói  
a classe média e consome a elite

**DANIEL MARKOVITS**

A CILADA  
DA  
MERITOCRACIA

Como um mito fundamental da  
sociedade alimenta a desigualdade, destrói  
a classe média e consome a elite

DANIEL MARKOVITS

TRADUÇÃO DE RENATA GUERRA



Copyright © 2019 by Daniel Markovits  
Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL

The Meritocracy Trap: How America's Foundational Myth Feeds Inequality, Dismantles the Middle Class, and Devours the Elite

Gráfico 6: Sean F. Reardon, 2011. Gráficos 5.7 e 5.8. "The Widening Academic Achievement Gap Between the Rich and the Poor: New Evidence and Possible Explanations", *Whither Opportunity*, editado por Greg Duncan e Richard Murnane. © Russell Sage Foundation. Reproduzido com permissão da Russell Sage Foundation, 112 East 64 Street, New York, NY 10065.

PREPARAÇÃO

Dênis Rubra  
Gabriel Demasi

REVISÃO

Eduardo Carneiro  
Juliana Pitanga

REVISÃO TÉCNICA

Bernardo Barbosa

DESIGN DE CAPA

Darren Haggar

IMAGENS DE CAPA

Imagem da estrela: Shane Illustration | Getty Images  
Imagem do gancho: MicroStockHub | Getty Images Plus

DESIGN DE MIOLO

Amanda Dewey

ADAPTAÇÃO DE CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Julio Moreira | Equatorium Design

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M297c

Markovits, Daniel, 1969-

A cilada da meritocracia : Como um mito fundamental da sociedade alimenta a desigualdade, destrói a classe média e consome a elite / Daniel Markovits ; tradução Renata Guerra. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2021  
528 p. ; 23 cm.

Tradução de: The Meritocracy Trap

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5560-294-4

1. Meritocracia. 2. Classe média - Estados Unidos. 3. Igualdade - Estados Unidos.  
I. Guerra, Renata. II. Título.

21-71892

CDD: 305.550973

CDU: 316.343-058.13

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

[2021]

*Todos os direitos desta edição reservados à*

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

## PREFÁCIO

Convidado a discursar para a turma de formandos de 2015 da Escola de Direito da Universidade de Yale, Daniel Markovits surpreendeu sua audiência. Em vez do tradicional discurso laudatório, realçando os méritos, o brilho intelectual e a tenacidade de cada um de seus ex-alunos — além do empenho dos pais que contribuíram para que os jovens chegassem a se formar pela mais prestigiosa escola de direito dos Estados Unidos —, o professor Markovits preferiu partilhar com seus pupilos uma reflexão sobre as causas, engrenagens e consequências da meritocracia, que pautou a conduta de cada um dos diplomados ao longo de suas trajetórias educacionais e, de forma inevitável, irá se impor sobre o futuro financeiramente promissor mas também hipercompetitivo e extenuante. O discurso causou certa surpresa, pois não vinha de um membro radical do corpo docente, porém de erudito e sereno professor de direito privado.

Chegar à Escola de Direito da Universidade de Yale não é uma tarefa fácil. Trata-se de uma corrida duríssima que começa cedo, com boas escolas, tutores, colegiais competitivos, testes e rankings, *colleges* concorridos — como Princeton, Harvard, Brown, Colúmbia ou Stanford — e uma luta ininterrupta pelas melhores notas, por se destacar dos demais colegas e por obter reconhecimento de professores e distinção acadêmica. Entre os mais de 70 mil candidatos que

pleiteiam ingressar numa escola de direito nos Estados Unidos, todos os anos, apenas algumas dezenas, daqueles que se encontram no topo desta grande pirâmide, são selecionadas para frequentar o prédio neogótico da Escola de Direito de Yale, em New Haven, onde receberão a mais rigorosa, cuidadosa e qualificada educação jurídica, além de valiosas relações sociais e um inestimável capital reputacional que lhes servirão como passaporte para os mais cobiçados postos de uma afluente carreira no campo do direito.

Daniel Markovits conhece bem os corredores da meritocracia. Filho de professores universitários, fez seu bacharelado em matemática na Universidade de Yale, mestrado em economia na London School of Economics, doutorado em filosofia na Universidade de Oxford e, finalmente, obteve o título de Juris Doctor pela escola de direito onde hoje leciona. Sempre com distinção e reconhecimento de seus pares e professores, como Guido Calabresi, que o reputava o mais inteligente dos novos professores de Yale, como me confidenciou sua ex-aluna Mariana Pargendler e querida colega, ela própria luminar de sua geração. Trata-se, portanto, de um legítimo representante da meritocracia norte-americana, que agora se dispõe a desvendar a natureza e o impacto da meritocracia sobre a ampliação da desigualdade, a divisão cada vez mais profunda da sociedade norte-americana e a própria desestabilização da democracia pelo populismo. Talvez por seu convívio íntimo com a meritocracia, Markovits se lança a refletir sobre o ônus existencial não apenas daqueles que sucumbem, mas também dos que triunfam na corrida meritocrática, o que agrega um sabor peculiar a este instigante livro.

A expressão *meritocracia* foi cunhada após a Segunda Guerra pelo sociólogo reformador, com forte inclinação progressista, Michael Young. Young era um severo crítico da estrutura de classes da sociedade inglesa, na qual cresceu na primeira metade do século XX, com suas hierarquias, estamentos e castas quase intransponíveis, em que riquezas, oportunidades e distinções eram distribuídas, sobretudo, em função da extração social de cada um e não do mérito. A ideia de meritocracia surge, portanto, como uma crítica à sociedade que distribuía benefícios em função do *pedigree* e das conexões e os entrincheirava através de privilégios — termo de origem latina que, quando desmontado (*privi-leggio*), expressa com clareza a ideia de um direito que não é partilhado por todos, mas pertence apenas a alguns. Numa sociedade organizada por meio de privilégios

não há uma correlação simétrica entre direitos e obrigações recíprocas, mas sim indivíduos ou classes que são sujeitos de uma quantidade desproporcional de benefícios, enquanto os demais assumem a responsabilidade predominante pelas obrigações. Nesse sentido, explica-se a indisposição do pensamento conservador, desde Burke até os nossos dias, em acatar um processo radical de universalização de direitos, como proposto pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, por exemplo.

Young e os reformistas do Partido Trabalhista inglês, com os quais se juntou, propunham uma distinta forma de organização da sociedade, em que a todos deveriam ser oferecidas as oportunidades, em termos de recursos materiais e sociais, como saúde, educação, previdências, que permitissem o desenvolvimento pessoal e da própria comunidade. Nessa nova forma de organização concebida pelos progressistas de então não havia mais espaço para a distribuição de riquezas, posições e distinções em função da origem, devendo o mérito se tornar o critério, por excelência, para o reconhecimento e a alocação de premiações. Young, apesar de ter sido um dos formuladores desse Estado de bem-estar, percebeu muito cedo que ele trazia inúmeras limitações. Em sua clássica sátira social *The Rise of the Meritocracy* [A ascensão da meritocracia], de 1958, ironiza o desenvolvimento de uma sociedade que passou a empregar como critério último para a distribuição de todos os benefícios, a partir da fórmula  $QI + \text{esforço} = \text{mérito}$ . Como a distribuição de talentos — entre os quais o QI — é inata e desigual, com o passar do tempo, a riqueza e o prestígio também se acumulariam de forma desigual pelas gerações, levando inelutavelmente a uma sociedade dividida em pelo menos duas classes, mas tudo sob o manto sagrado do merecimento. A crítica à meritocracia, portanto, não é nova, e ironicamente foi iniciada por aquele que pela primeira vez empregou o termo e contribuiu para a superação da aristocracia.

Uma outra crítica contundente à meritocracia, como critério de distribuição de riqueza, renda, oportunidades e poderes, foi feita por John Rawls, em seu clássico *Uma teoria da justiça*, de 1971, e está fundada na premissa de que a distribuição de talentos, por ser moralmente arbitrária, não pode servir como critério razoável para a distribuição de benefícios. Mesmo a valorização do “esforço”, que na sátira de Young era o segundo elemento na determinação do mérito, não pode ser considerada de forma dissociada de certa arbitrariedade.

de. Afinal, também a nossa capacidade de nos esforçarmos num determinado campo é resultado de oportunidades e talentos arbitrariamente distribuídos, em alguma medida. Por fim, Rawls alerta para a própria aleatoriedade daqueles talentos que são socialmente valorizados num determinado tempo e local. Com sua costumeira perspicácia, Michael Sandel, em seu *Justiça*, dá o exemplo do salário do presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, John Roberts, que não ultrapassa 217 mil dólares anuais, enquanto o da juíza Judy, com seu reality show televisivo, tem um contrato de 25 milhões de dólares por ano com a emissora, pelo simples fato de que neste ponto da história a sociedade norte-americana supervaloriza o entretenimento televisivo.

Evidente que a meritocracia supera a aristocracia como critério de distribuição de riqueza ou posições concorridas, seja da perspectiva da sua eficiência econômica, seja do ponto de vista moral, na medida em que não há nada mais arbitrário (e repugnante) do que empregar a classe, a casta, o gênero ou, sobretudo, a raça, como critério de justiça distributiva, exceto quando isso se volta à correção e não à manutenção da desigualdade. Para o liberalismo de mercado, por sua vez, havendo igualdade perante a lei, assim como um mínimo de condições materiais como educação básica e estando abertas as oportunidades para todos, independentemente de classe ou outros critérios arbitrários, os mais esforçados e talentosos poderão ser legitimamente recompensados em função daquilo que o mercado valoriza num determinado momento, bem como transmitir o fruto de seus esforços e talentos aos seus herdeiros. Rawls, é claro, rejeita esse critério de justiça distributiva, pois compreende que os pontos de partida dificilmente serão iguais, logo a linha de chegada não apurará o verdadeiro mérito. Reconhece, porém, as insuficiências de uma teoria estrita e materialmente igualitária de justiça distributiva, em que cada um receberia de acordo com suas necessidades, não importando sua contribuição para a sociedade. Daí a proposição de uma teoria da justiça distributiva que não seja totalmente indiferente ao mérito, autorizando que esses atributos moralmente arbitrários sejam levados em consideração na distribuição de riqueza, renda ou posições cobiçadas apenas quando forem capazes de beneficiar em maior medida aqueles que se encontram numa posição de desvantagem. Dessa forma, o “princípio da diferença” de Rawls reconhece a validade de incentivar pessoas a se esforçarem e empregarem seus talentos em busca de recompensas. Porém, so-

mente estarão “intituladas” a se beneficiar da premiação na medida em que suas ações contribuam para melhorar as condições daqueles que se encontram em posição mais vulnerável. Exemplos clássicos do “princípio da diferença” seriam a autorização para uma melhor remuneração de cirurgiões ou inventores de vacinas, pelo bem que geram aos demais membros da comunidade, ou mesmo a recompensa para talentosos mais frívolos, como empreendedores ou celebridades do entretenimento, desde que uma parcela substantiva dos seus ganhos fosse transferida aos mais necessitados por meio de uma forte carga de tributação progressiva, que contribua para a elevação da qualidade de vida deles.

Em *A cilada da meritocracia*, que agora a editora Intrínseca traz ao leitor brasileiro, Daniel Markovits amplia e aprofunda a crítica à meritocracia, exposta em seu discurso dedicado aos formandos da turma de 2015, conjugando seus múltiplos saberes (filosofia, economia, direito e sociologia) para dissecar o regime meritocrático norte-americano, com especial atenção às distorções que provoca no sistema educacional e no mundo do trabalho, aumentando a desigualdade. O resultado, que o leitor terá a oportunidade de julgar, é um livro muito ambicioso, montado com grande rigor analítico e uma robusta e impressionante apresentação de dados quantitativos e evidências empíricas, articulados a partir de princípios éticos claramente dispostos. Seu objetivo fundamental é, de um lado, fornecer combustível intelectual para a desconstrução da armadilha meritocrática, que vem distanciando as elites da classe média — o que provoca uma forte corrosão do tecido social e democrático da sociedade norte-americana —; de outro, contribuir para a construção de um regime de “igualdade democrática”, centrado no valor inerente a cada ser humano, e não numa falsa meritocracia.

Nesse sentido, este livro se coloca mais na tradição de grandes narrativas que buscaram descrever criticamente o funcionamento da sociedade norte-americana para seus próprios cidadãos, como a *A teoria da classe ociosa*, de Thorstein Veblen, ou *A sociedade afluyente*, de John Kenneth Galbraith, do que de uma teoria política mais abstrata da justiça distributiva, como a formulada por John Rawls. *A cilada da meritocracia* dialoga diretamente, no entanto, com as hipóteses concebidas por autores como Thomas Piketty para explicar o crescimento da desigualdade nas economias capitalistas contemporâneas. Enquanto Piketty lança seu olhar sobre a relação entre o acúmulo de capital financeiro e sua tri-



butação regressiva (ou mesmo esquemas de evasão) como gatilho fundamental para o aumento da desigualdade, Markovits aponta a meritocracia como principal responsável pelo aumento da desigualdade nos Estados Unidos — e é importante que se enfatize a preocupação de Markovits com o caso norte-americano. Para Piketty, os rendimentos do capital financeiro vão ganhando terreno em detrimento dos ganhos decorrentes do trabalho e mesmo do acúmulo de capital físico, propriedade imóvel e industrial, em face da arquitetura institucional que favorece a extração de rendimentos e acúmulo de riqueza a partir de capital imaterial. Markovits, embora não negligencie essa dimensão da acumulação de riqueza apontada por Piketty, reivindica que as desigualdades nos Estados Unidos decorrem, sobretudo, de um outro mecanismo, associado à hiperqualificação educacional das elites, que resulta no acesso a profissões e postos que lhes rendem, além de uma sobrerremuneração, status e privilégios. Enquanto isso, aqueles que recebem uma educação de menor qualidade e menos intensiva ficam adstritos a oportunidades de trabalho sub-remuneradas e a reduzido prestígio social. Na medida em que os ciclos geracionais se sucedem, os descendentes de pais hiper-remunerados ampliam os investimentos educacionais para os filhos, aumentando ainda mais as oportunidades reservadas para profissionais cada vez mais hiperqualificados, que receberão a “merecida” remuneração e o prestígio social inerentes a essas posições, ampliando crescentemente as hierarquias sociais e financeiras em relação ao restante da população. Não faltam dados, dispostos de forma minuciosa por Markovits, para respaldar a proposição fundamental de *A cilada da meritocracia*.

As diferenças em relação a Piketty, no entanto, não se limitam a uma questão de ênfase sobre que gatilhos são preponderantemente responsáveis pela ampliação da desigualdade no caso norte-americano. Markovits também se detém sobre os infortúnios daqueles que se veem derrotados na corrida meritocrática, assim como dos próprios vitoriosos, que não mais se beneficiarão do ócio e da boa vida dos aristocratas do passado, mas terão que constantemente demonstrar sua capacidade de gerar riqueza num mercado de trabalho competitivo e extenuante ao extremo para que mereçam ser sobrerremunerados. Daí porque a elite também deva ser considerada vítima da cilada meritocrática e, portanto, interessada a se juntar aos derrotados na superação do jogo meritocrático, em que todos perdem (ainda que uns mais do que outros).

Para Markovits, as explicações de natureza mais institucional se fragilizam ao não levarem devidamente em consideração o potencial desigualizador da meritocracia. Ao argumentarem que o crescimento da desigualdade decorre, sobretudo, de um conjunto de trapaças institucionalizadas, engendradas pelo sistema tributário, assim como pelas inúmeras inovações da indústria financeira — com a contribuição dos grandes escritórios transnacionais de advocacia (como descreve o excelente livro de *The Code of Capital* [O código do capital], de Katharina Pistor) e das empresas transnacionais de consultoria e contabilidade —, estão implicitamente reivindicando que o defeito do sistema é não ser meritocrático o suficiente. Caso o sistema fosse reformado, com a remoção das trapaças entrencheadas em suas instituições, tornando-se mais meritocrático, a distribuição desigual de riqueza, renda e posições poderia ser justificada moralmente.

É nesse ponto que o argumento central deste livro, empiricamente comprovado pela avalanche de dados apresentada por Daniel Markovits, ganha enorme força e relevância teórica. Para o autor, a meritocracia não se limita apenas a um regime que promove o aumento e a reprodução da desigualdade. A meritocracia consiste também em um manto de natureza ideológica, na medida em que torna socialmente aceitável a acumulação de prestígio, status e riqueza pelas elites que dominam suas regras, restando aos derrotados no jogo meritocrático se conformar com a própria incompetência. Afinal, como se insurgir legitimamente contra um sistema pautado no mérito? Se o critério escolhido para determinar quem ganha e quem perde o jogo é justo, não havendo trapaça, o resultado terá que ser aceito por todos. Ao tratar a meritocracia não apenas como regime institucional e econômico que gera desigualdade, mas como ideologia que busca justificar moralmente a distribuição desigual de riqueza, status e privilégios, Markovits subverte o jogo meritocrático, desmistificando suas trapaças.

Ao empregar o conceito de merecimento como critério para a distribuição de renda, riqueza e status, a ideologia meritocrática se apropriou de um elemento essencial das concepções mais básicas e intuitivas de justiça. Isso ajuda a explicar como o credo meritocrático foi ganhando adesão social e assumindo centralidade no funcionamento da sociedade norte-americana nas últimas décadas. Mais do que isso, Markovits oferece uma explicação plausível sobre como a meritocracia foi legitimando o surgimento de uma sociedade dividida

entre uma elite hiper-remunerada e prestigiada e uma classe média e trabalhadora sub-remunerada, socialmente desvalorizada e politicamente ressentida.

A leitura de *A cilada da meritocracia* pelo público brasileiro ou de outros países com altos e persistentes padrões de desigualdade, em que a educação básica foi universalizada apenas nas últimas décadas, tem que ser feita com cuidado adicional. Em primeiro lugar, cumpre lembrar que Daniel Markovits está analisando os mecanismos essenciais de promoção de desigualdade na sociedade norte-americana, não se propondo a estabelecer uma teoria geral sobre a desigualdade. Nesse sentido, seu diálogo com Piketty não exclui a hipótese de que existam outros mecanismos concorrentes que promovam a desigualdade e, mais do que isso, que em outras sociedades esses mecanismos sejam mais centrais do que a meritocracia na produção da desigualdade. A leitura de Markovits permanece, no entanto, essencial na medida em que, mesmo em outros contextos, a meritocracia sempre é invocada, seja pelos liberais de mercado ou até pelos que se enxergam como progressistas, como uma fórmula mágica para a superação de arranjos distributivos ineficientes ou ultrapassados.

Múltiplos são os fatores que contribuem para a persistência de uma profunda desigualdade no Brasil, apesar dos avanços que testemunhamos a partir da Constituição de 1988, com os seus diversos arranjos de inclusão e transferência de recursos para os mais pobres, como têm demonstrado autores como Marta Arretche (*As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*, São Paulo: Editora Unesp, 2019). Fatores como altas taxas de desemprego, baixa produtividade, alocação de privilégios corporativistas e subsídios para determinados setores econômicos, manutenção de sistema tributário altamente regressivo, racismo estrutural, concentração de propriedade imóvel e de meios de produção e proteção de ganhos de capital financeiro, certamente concorrem com uma alta taxa de concentração de capital educacional — que viabiliza o acesso aos melhores empregos e salários, inclusive públicos, restringindo a mobilidade social —, para a manutenção de uma desigualdade profunda e persistente no Brasil.

No que se refere aos indicadores de acesso à educação e especificamente à educação universitária, objeto central da análise de Daniel Markovits no caso norte-americano, temos observado uma melhora incremental ao longo da última década. Conforme dados do Censo Demográfico, entre 1960 e 2010, a

expansão do ensino universitário contribuiu para reforçar as desigualdades de classe e raça. O funil da educação favorecia majoritariamente aqueles que recebiam maior grau de investimentos nas etapas básicas e média do sistema educacional. A maior qualidade e a gratuidade do ensino nas universidades públicas criaram um sistema altamente regressivo, no qual a sociedade como um todo arcava com a educação dos filhos, predominantemente, da elite. A competição acirrada nos vestibulares para os cursos de maior prestígio, como medicina, engenharia, direito, mas também administração, economia, odontologia etc., fortaleceu um falso *ethos* meritocrático da elite universitária brasileira, mesmo de setores progressistas, que não reconheceram o fato de que a educação superior da elite estava sendo subsidiada pelos mais pobres (todos os dados extraídos do Texto para Discussão 2621, IPEA, 2021).

Essa realidade perversa começou a ser lentamente alterada pela expansão do ensino privado a partir do final dos anos 1990. Embora essa expansão não tenha corrigido a questão da perspectiva da justiça distributiva, ampliou o acesso à educação superior a setores mais pobres e que receberam menos investimento educacional ao longo da infância e da adolescência. O passo mais relevante, no entanto, apenas começou a ser dado com a introdução de sistemas de ações afirmativas sociais e raciais nas universidades públicas e o financiamento público destinado a setores mais pobres e discriminados que ingressassem em escolas privadas, sobretudo a partir da década de 2010, no governo Dilma Rousseff. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), demonstram que, entre os jovens de 18 a 24 anos que se encontram entre os 40% mais pobres, apenas 1% frequentava o ensino superior em 2001. Esse número subiu para 9% em 2015. Embora a inclusão de grupos historicamente desfavorecidos no ensino superior, especialmente em universidades públicas, tenha reduzido a regressividade do sistema de ensino superior, o gargalo do ensino médio — que ainda não se universalizou em todo o país — continua dificultando o acesso dos mais pobres. Os dados também apontam dois outros problemas: o primeiro refere-se à prevalência de alunos mais ricos em cursos tradicionalmente identificados como de elite, seja pela renda ou pelo status que proporcionam aos seus egressos, tais como medicina, engenharia ou direito; o segundo problema se refere à maior dificuldade financeira enfrentada por alunos pobres para se manter na universidade. Em sín-

tese, as reformas implementadas a partir dos anos 2000 estão na direção correta, mas precisam ser aprofundadas para que o sistema retoricamente meritocrático dos vestibulares e exames nacionais não continue reproduzindo as diferenças de investimento na educação de ricos e pobres no Brasil.

A leitura de Daniel Markovits por aqueles que se preocupam com o flagelo da desigualdade no Brasil é essencial, pois demonstra não haver caminho fácil para a superação das injustiças na distribuição de um recurso tão valioso para a inserção em um mercado de trabalho. Mais do que isso, em face da escassez de recursos educacionais de excelência, haverá sempre uma tendência à elitização com forte impacto sobre a desigualdade se não houver uma constante correção de rumos, seja na porta de ingresso, seja nos limites de apropriação privada dos benefícios derivados da educação de alta qualidade.

As desigualdades educacionais do passado tendem a reforçar o acesso a oportunidades educacionais de qualidade no futuro, quando não são tomadas medidas voltadas a interromper o ciclo perverso da meritocracia apontado neste livro. A ambição de Daniel Markovits de contribuir para o desmantelamento da meritocracia e sua substituição por um regime de igualdade democrática, que passa necessariamente pela reforma do sistema de acesso ao ensino, bem como pelo sistema tributário, carrega consigo um profundo humanismo: a crença na força das ideias. Há ainda em *A cilada da meritocracia* um alerta mais prudencial: numa sociedade dividida pela meritocracia, o ressentimento costuma crescer, atraindo aventureiros e populistas que canalizam essas insatisfações em favor de seus projetos ainda mais excludentes que a própria meritocracia.

Oscar Vilhena Vieira é professor fundador da  
Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas em São Paulo.

# INTRODUÇÃO

Mérito é uma farsa.

Toda uma civilização nega essa conclusão. Qualquer pessoa decente concorda que uma vantagem deve ser obtida pela competência e pelo esforço, e não por herança de classe. O ideal meritocrático — segundo o qual a recompensa social e econômica deve ser conquistada, e não herdada do berço<sup>1</sup> — fundamenta a autoimagem da época atual. A aristocracia teve seu momento, e agora a meritocracia é um princípio elementar da religião cidadã de todas as sociedades avançadas.

A meritocracia promete promover a igualdade e a oportunidade dando acesso à elite — no passado hereditária — a pessoas comuns, munidas apenas de talento e ambição. Promete, ainda, compatibilizar as vantagens privadas com o interesse público, ao reafirmar que riqueza e status devem ser obtidos por conquista. Juntos, esses ideais pretendem unir a sociedade em torno de uma visão comum de trabalho árduo, competência e merecida recompensa.

Mas a meritocracia já não funciona como promete. Hoje em dia, as crianças de classe média perdem para as crianças ricas na escola, e os adultos de classe média perdem para a elite de formação superior no trabalho. A meritocracia bloqueia as oportunidades para a classe média.<sup>2</sup> E, com isso, culpa aqueles que

perdem a competição por renda e status — competição que, mesmo quando todos fazem tudo certo, só os ricos podem ganhar.

A meritocracia prejudica também a elite. A escolarização meritocrática exige que pais ricos invistam milhares de horas e milhões de dólares para dar a seus filhos uma educação de elite. E os empregos meritocráticos exigem que os adultos da elite trabalhem com uma intensidade esmagadora, explorando sem piedade a educação que receberam para extrair dela o retorno do investimento. A meritocracia conduz uma elite ansiosa e ilegítima a uma concorrência vitalícia implacável para garantir renda e status por meio de sua exagerada dedicação ao trabalho.

Finalmente, a meritocracia agora separa a elite da classe média. Leva a classe média ao ressentimento e seduz a elite para que se agarre a prerrogativas de casta corruptas. A meritocracia ludibria a sociedade e faz com que as duas classes compartilhem um mesmo turbilhão de recriminação, desrespeito e disfunção.

O charme da meritocracia disfarça todos esses males, tornando difícil aceitar — até mesmo considerar — que por trás deles está a própria meritocracia. Mesmo os críticos mais severos da época adotam o ideal meritocrático. Culpam elites corruptas de fingir recompensar a conquista, favorecendo na verdade a si mesmas. Ao acusarem maus atores individualizados de não honrarem na prática o ideal meritocrático, eles reafirmam a meritocracia de modo geral.

Na verdade, porém, são as estruturas sociais e econômicas, e não vícios pessoais, as causadoras da desintegração e da discórdia que cada vez mais dominam a vida norte-americana. Sejam quais forem seus propósitos originais e seus antigos triunfos, a meritocracia atual concentra os privilégios e sustenta desigualdades tóxicas. E, na raiz de todos esses problemas, não está a falta de meritocracia, mas o excesso dela.

O próprio mérito tornou-se um simulacro de virtude, um falso ídolo. E a meritocracia — antes benévola e justa — transformou-se naquilo que deveria combater: um mecanismo para a concentração e a transmissão dinástica da riqueza e dos privilégios de geração para geração. Uma ordem de castas que cria rancor e divisão. Na verdade, uma nova aristocracia.

## AS FALSAS PROMESSAS DA MERITOCRACIA

Sou meritocrata: um produto e, agora, um agente da constelação de forças que estas páginas revelam.

Em meados de 1987, quando a meritocracia ganhava impulso, concluí o ensino médio numa escola pública de Austin, Texas, e fui para o nordeste do país com o objetivo de frequentar a Yale College. Passei cerca de quinze anos estudando em diversas universidades — London School of Economics, Universidade de Oxford, Universidade Harvard e, enfim, a Escola de Direito de Yale —, colecionando nesse percurso uma fileira de graus universitários.<sup>3</sup>

Atualmente, dou aulas na Escola de Direito de Yale, onde meus alunos são assustadoramente parecidos com meu eu mais jovem: em sua maioria, são produtos de pais profissionais liberais e universidades de classe alta. Transmito a eles os privilégios que meus professores me transmitiram no passado. De todas essas formas, devo minha prosperidade e minha situação social a instituições de elite e ao ensino e às oportunidades de emprego que elas oferecem.

Agora plenamente desabrochada, a meritocracia agita sua bandeira por toda parte sobre as instituições que, em conjunto, consagram a elite. A Universidade Harvard, por exemplo, chama a si mesma de “abrigo dos acadêmicos mais ambiciosos do mundo”,<sup>4</sup> e na declaração de missão esclarece que seu propósito não é apenas a excelência acadêmica, mas também “educar cidadãos e líderes dos cidadãos para nossa sociedade”,<sup>5</sup> de modo que eles possam aprender “a servir melhor o mundo”. As empresas que mais empregam graduados de Harvard e de outras instituições de ponta passam argumentos idênticos para a vida adulta da elite. Do Goldman Sachs, já se disse que é “provavelmente a mais elitista sociedade de trabalho já reunida no globo”,<sup>6</sup> e o site do banco anuncia o “progresso” que ele promove para muito além da elite, intermediando, por exemplo, investimentos que impulsionam o “renascimento” de Newark e Nova Jersey e o “ressurgimento” de Nova Orleans.<sup>7</sup> Esse roteiro conhecido — repetido uma e outra vez — trombeteia ao mesmo tempo os talentos excepcionais da elite e reconcilia a hierarquia com os imperativos morais da vida democrática, ligando as elites ao interesse comum, como se fossem parceiras da prosperidade geral.

Essas promessas marcam uma revolução. Antes, o status dos aristocratas lhes era devido por direito de nascença, com base na raça ou na linhagem, e eles desfrutavam de privilégios imerecidos para amealhar proventos injustos. Hoje em dia, os meritocratas afirmam conquistar status por meio de talento e esforço — progredindo com justiça, usando recursos abertos a qualquer pessoa. Antigamente, aristocratas indolentes produziam pouco ou nada. Viviam



na abundância, explorando o trabalho de outrem. Hoje, os meritocratas que trabalham duro dizem fazer sua parte, e reafirmam que suas imensas realizações contribuem com um valor justo para as sociedades que eles lideram.

As hierarquias do passado eram malévolas e agressivas. Mas a meritocracia reivindica integridade — senso de justiça e bondade. Fiel à sua origem etimológica no latim,<sup>8</sup> a meritocracia glorifica apenas os privilégios *conquistados* e promete transformar a elite de modo a adequá-la a uma era democrática — resgatando, assim, a própria ideia de hierarquia.

Os rituais da meritocracia reforçam esses ideais, tornando-os concretos e acessíveis e dando uma ideia de privilégio perpétuo merecido. As cerimônias de colação de grau que se integraram ao ritmo dos verões norte-americanos mostram como isso funciona. Na Escola de Direito de Yale, as festas de formatura se estendem por dois dias grandiosos. Luminares como Bill Clinton<sup>9</sup> e Joe Biden,<sup>10</sup> Ruth Bader Ginsburg e Sonia Sotomayor<sup>11</sup> exortam os formandos a seguirem suas paixões e a empregarem seus talentos para o bem maior. Os professores usam capelos e becas em cores vivas, de lã, seda e até mesmo de pele. Autoridades universitárias usam colarinhos de pedraria e bastões cerimoniais. Um antigo decano usa a veste suntuosa de doutor *honoris causa* em leis recebido em Bolonha, a mais antiga universidade ainda em funcionamento na Europa.<sup>12</sup>

Essas celebrações não são insensatas nem fortuitas. Pelo contrário, da mesma forma que as cerimônias de casamento, elas expressam desígnios sérios e encerram significados profundos, tanto políticos quanto pessoais. Os discursos reafirmam o serviço meritocrático da elite em prol do bem comum. A pompa medieval investe a meritocracia do brilho remanescente da hierarquia aristocrática que ela afasta — olhando para trás em busca do futuro, reutilizando velhos odres para guardar novos vinhos.<sup>13</sup> Num pátio gótico, quando as sombras se alongam na tarde de verão, a história parece presente e viva. A universidade se mostra como uma faixa lisa, estendida, sem rupturas entre gerações. Os discursos de formatura ligam, sem descontinuidade, um passado atemporal a um futuro inevitável, absorvendo as tensões da transição e confirmando para os formandos que eles estão no limiar da idade adulta. Os rituais transformam o futuro em algo conhecido antes mesmo da chegada dele. Instilam meritocracia na narrativa dominante da vida moderna.

A meritocracia fala em termos e posições tão consistentes que chegam a configurar uma linguagem especial, repetida ao longo dos diversos contextos, uma e outra vez — um modo de vida, conhecido por todo cidadão da época. Isso confere à meritocracia um charme poderosíssimo. O brilho da meritocracia seduz a imaginação e captura o olhar, suprimindo o juízo crítico e sufocando a mudança. Ao se identificar com a moralidade básica e se insinuar na suposta experiência cotidiana, a meritocracia dissimula os danos que agora inflige a todos os que se deparam com ela. Com efeito, faz com que meios alternativos para se obter vantagens pareçam absurdos: imerecidos ou corruptos, como no caso em que o privilégio se repete com base em preconceito ou nepotismo; ou simples bobagem, como quando os altos cargos são atribuídos pela sorte.

Mas, à medida que a meritocracia progride, suas conquistas impõem uma nova e opressiva hierarquia, irreconhecível até mesmo para a geração anterior. Uma desigualdade essencialmente meritocrática sem precedente turva uma nova Era Dourada.\* Cada vez mais, as elites monopolizam não só a renda, a riqueza e o poder, mas também as atividades, as honras públicas e o apreço. A meritocracia exclui em grande medida a classe média dos privilégios sociais e econômicos, e ao mesmo tempo convoca sua elite para um confronto demolidor em favor da preservação da casta. A desigualdade meritocrática — o abismo cada vez maior entre os ricos e os demais — leva os Estados Unidos a se curvarem num arco nefasto.

À medida que a desigualdade meritocrática aumenta, e aumenta o fardo da meritocracia, sua moral cambaleia e seus rituais perdem força. As garras do código meritocrático sobre a imaginação se desgastam, e impõe-se uma resistência a seus ditames. Os clichês quanto à obtenção de vantagens que promovem o interesse geral já não convencem, e os ritmos do passado já não tranquilizam mais.

Em seu lugar, a insatisfação com a desigualdade meritocrática proporciona um campo fértil para as ideias críticas. A mais importante delas é a de que as aflições que dominam a vida norte-americana não surgem de um

---

\* A Era Dourada, ou Gilded Age, refere-se às últimas décadas do século XIX, quando houve grande crescimento econômico, mas destacado avanço da desigualdade. (N. do E.)

entendimento imperfeito da meritocracia, mas se devem à própria meritocracia como tal.

## COMO A MERITOCRACIA OPRIME A CLASSE MÉDIA E EXPLORA A ELITE

A concorrência meritocrática alija os norte-americanos de classe média do centro magnético da vida econômica e social, afastando-os dos padrões pelos quais a sociedade mede e recompensa a distinção, a honra e a riqueza. Ainda que a energia, a ambição e a inovação da meritocracia tenham transformado os rumos da história, essas fontes de criatividade ficaram concentradas numa elite cada vez mais reduzida, cada vez mais distante dos horizontes da imaginação da classe média mais ampla.

A meritocracia faz da Ivy League, do Vale do Silício e de Wall Street as arenas da ambição da elite. Nesses lugares, os inovadores são capazes de refazer o *mundo da vida*, modificando a internet (em Stanford e no Google), as redes sociais (em Harvard e no Facebook), as finanças (em Princeton e em Wall Street, geralmente) e milhares de outros pequenos domínios. Mas uma criança de classe média, relegada à periferia da ordem meritocrática, mais provavelmente será derrotada pela próxima grande invenção do que fará parte de sua construção. A meritocracia expulsa a maioria dos cidadãos para as margens da sociedade, condenando as crianças de classe média a escolas menos brilhantes e os adultos de classe média a empregos medíocres.

O senso comum quase sempre confunde meritocracia com igualdade de oportunidades. Mas ainda que a meritocracia tenha sido adotada a serviço da igualdade de oportunidades,<sup>14</sup> e em seus primeiros tempos tenha representado de fato um acesso para a elite, atualmente ela mais estaciona do que favorece a mobilidade social. As vias que no passado conduziam gente de origem humilde à elite norte-americana se estreitaram radicalmente. As famílias de classe média não podem pagar pela educação formal bancada pelas famílias ricas, e as escolas comuns ficam cada vez mais defasadas em relação às de elite, recebendo menos recursos e oferecendo em troca uma educação inferior. Mesmo enfatizando mais o rendimento do que o berço, as universidades de ponta estipulam uma concorrência pela admissão que os estudantes de classe média não conseguem

vencer com sua formação, e seu corpo discente se volta na imensa maioria para os ricos. A educação meritocrática de hoje atende de forma predominante a uma casta de elite, em vez de ao público em geral.

Em paralelo, a meritocracia modifica os empregos de modo a favorecer os graduados superinstruídos das universidades de elite, e assim a vida laboral dá continuidade às desigualdades promovidas pela escolarização e até as agrava. Competência e trabalho honesto e ético já não garantem um bom emprego. Trabalhadores de classe média, por carecer da formação de elite, enfrentam discriminação em todo o mercado de trabalho, que cada vez mais favorece a educação elaborada e a qualificação extraordinária.

A exclusão meritocrática atinge as oportunidades tanto quanto a renda, e os valores meritocráticos acrescentam uma ofensa moral aos prejuízos materiais. Enquanto nega à classe média oportunidades reais de uma excelente escolarização e um trabalho gratificante, a meritocracia faz do desempenho escolar e laboral a imagem da honra. Portanto, frustra as tentativas de satisfazer os padrões que ela própria proclama, garantindo que a maior parte das pessoas não os atinja. Os norte-americanos de fora da elite sabem de tudo isso, e o dinamismo da elite destaca ainda mais a apatia e o desgaste que imperam na classe média. Mesmo quando as condições materiais permanecem toleráveis, a desigualdade meritocrática conduz a vida espiritual da classe média a uma decadência lenta, insuperável e devastadora.<sup>15</sup>

A meritocracia, na verdade, já não é útil sequer à elite que parece privilegiar. A educação e o trabalho, que no passado se distribuíam em equilíbrio pela sociedade, ficam concentrados numa elite que é literalmente muito pequena para suportar essa carga. As mesmas forças que esvaziam a classe média sobrecarregam a elite.

Aristocratas nascem aristocratas, mas meritocratas se constroem. A velha elite hereditária lega sua casta sem nenhum esforço, por direito de nascença. Com a morte dos mais velhos, cada nova geração de aristocratas assume automaticamente seus títulos e palacetes. A meritocracia, pelo contrário, exige das famílias desejosas de transmitir sua casta às gerações seguintes que construam e reconstruam continuamente seus privilégios, já que cada geração precisa restabelecer a condição de elite pelas próprias conquistas. Os meritocratas conseguem isso criando os filhos de forma especial. Enquanto os aristocratas

carecem tanto da vontade quanto da capacidade de qualificar os filhos, os meritocratas — principalmente as mulheres, que sacrificam a própria carreira para alcançarem o desempenho de mães meritocráticas — cada vez mais dedicam sua riqueza, e também suas aptidões e energia, à educação dos filhos.

As crianças ricas dedicam os dias a absorver essa educação. Durante um terço da vida — do nascimento à idade adulta bem avançada —, filhos de pais ricos são submetidos a um regime de treinamento cuja intensidade programada e as exigências implacáveis seriam irreconhecíveis a seus congêneres de classe média da atualidade e até a seus avós, considerando como era meio século atrás. A Constituição dos Estados Unidos determina que o presidente deve ter pelo menos 35 anos, para assegurar que somente adultos experientes assumam o cargo.<sup>16</sup> Porém, não é raro que um meritocrata de 35 anos ainda esteja estudando.

As elites vêm se tornando mais claramente exauridas na maturidade da meritocracia, e hoje em dia mesmo os que já estão lá em cima começam a se rebelar contra a qualificação intensiva e competitiva que os forma. A geração *millennial* — a primeira que viveu toda a vida na meritocracia madura — aceita a carga com mais boa vontade. Os *millennials* de elite podem ser preciosos e frágeis, mas não como “flocos de neve”, apelido desdenhoso com o qual são ridicularizados em polêmicas. Eles não derretem nem fenecem a cada desafio a seus privilégios, nem se despedaçam sob as intensas pressões da competitividade para conquistar aquilo que domina sua vida. Não são dissolutos nem decadentes; estão mais para tensos e exaustos.

Estão também cada vez mais conscientes de si. Meus alunos de Yale — exemplos vivos da meritocracia — estão mais sobrecarregados e confusos em relação a seus aparentes privilégios do que satisfeitos ou mesmo confiantes. Buscam um significado que fuja a suas realizações e encaram a educação intensiva que forma sua casta com uma reserva que beira a desesperança. A grande maioria deles vem de famílias privilegiadas, reconhece sua sobre-representação e intuitivamente questiona o merecimento dessas vantagens. (O privilégio domina de tal forma a cultura das universidades de elite que a pequena minoria de alunos de origem modesta forma grupos de apoio de “profissionais de primeira geração” para facilitar seu ingresso numa sociedade estranha.) Esses estudantes foram alimentados, mas também cultivados, assistidos, doutrinados, moldados

e embalados — numa busca incansável pelo sucesso escolar e pela preservação da casta — e escarnecem de todas essas manobras para obter vantagens, ridicularizando a própria cumplicidade em tudo isso. São tomados daquilo que um estudo recente chamou de “frenesi coletiva”<sup>17</sup> para avançar na “economia do prestígio” que traz renda e status.

Meus alunos, assim como seus pares em toda a meritocracia, são presas de uma “ansiedade coletiva”<sup>18</sup> movida pelo medo de não estar à altura. Duvidam de suas realizações e temem que o futuro seja apenas a repetição de um desafio pelo qual eles já passaram, limitando-se a trocar escolas fortemente competitivas por trabalhos igualmente competitivos. Até mesmo a elite meritocrática teme — não de forma articulada, mas com bons motivos — que a meritocracia não proporcione uma realização autêntica, de modo que eles fiquem ricos, mas não satisfeitos.

## COMO A MERITOCRACIA DIVIDE A SOCIEDADE

A meritocracia impõe esses ônus, conjugados e em grandes grupos entrelaçados, como variações sobre um mesmo tema ou duas faces de uma mesma catástrofe.<sup>19</sup> Um mecanismo integrado concentra, literalmente, renda e status, já que a concorrência meritocrática exclui a classe média das oportunidades plausíveis de obter vantagens reais e, ao mesmo tempo, obriga as elites a uma busca exagerada de ganhos infrutíferos. A meritocracia, portanto, envolve a elite e a classe média — os ricos e o restante — num abraço apertado, mas hostil. A desigualdade meritocrática inspira hostilidade, enredando as classes em mal-entendidos, atritos, discórdia e mesmo em luta aberta. A meritocracia, assim, alimenta um conflito de classes sistemático que deforma a vida social e política.

A classe média percebe a ação da elite como um confisco de oportunidades e vantagens (educação e trabalho, renda e status) que no passado lhe pertenciam por direito e como a imposição de uma exclusão vergonhosa — e, portanto, imperdoável. A exclusão gera naturalmente ressentimento e desconfiança, dirigidos contra os ideais e as instituições que a meritocracia valoriza. Cada vez mais, a classe média vê as escolas de elite, universidades e empresas profissionais como lugares estranhos que, no melhor dos casos, toleram valores excêntricos e, no pior, impõem esses valores a todos os demais — como clubes, dominados

pela leitura de livros sem valor, o politicamente correto, a arrogante representação de si mesma. Ironicamente (embora de acordo com uma profunda lógica interna), esses ressentimentos, nascidos da exclusão, muitas vezes miram formas de inclusão que a meritocracia exalta, o que inclui em particular a aceitação meritocrática de uma elite multicultural, como ocorre no caso do politicamente correto.

Os ressentimentos, sobretudo, têm consequências graves e diretas, até mesmo transformadoras do mundo. Eles permitiram que Donald Trump se tornasse presidente de uma nação rica, poderosa e sabidamente otimista, atacando de maneira incansável o *status quo*, repudiando o que ele chama de “*establishment*” e culpando pelas condições do país uma aliança corrupta entre elites meritocráticas e forasteiros culturais. A visão sombria de Trump substitui o sonho americano por aquilo que seu apocalíptico discurso de posse — em que pinta uma nação em profunda decadência, onde transbordam a pobreza, a criminalidade e o declínio econômico — chamou de “carnificina norte-americana”.<sup>20</sup> Seu mundo imaginário e sua linguagem explícita (“*America first*”, ou seja, “Estados Unidos em primeiro lugar”) evocam, no país, a frustração e a raiva da Grande Depressão e, no estrangeiro, das nações devastadas pela crise econômica e pela humilhante derrota em uma guerra total. Uma sociedade poderosa e próspera normalmente não se comporta como se estivesse abatida pela derrota e pela humilhação. A desigualdade meritocrática e os ressentimentos gerados por ela explicam o que os Estados Unidos fizeram.

Os ressentimentos entre os quais o trumpismo transita, e o repúdio a que visam, expressam a carga espiritual da vida no fundo do poço da ordem meritocrática de castas, entre aquilo que o discurso de posse de Trump chama de “homens e mulheres esquecidos de nosso país [que] já não serão esquecidos”.<sup>21</sup> Esses grupos são os que mais se animam com o empreendimento trumpista de substituir a narrativa de progresso que domina a política convencional norte-americana por uma de resgate — da perspectiva de Trump, “tornar os Estados Unidos grandes de novo”. Cerca de dois terços da população branca sem formação superior declararam que o discurso igualmente sombrio e raivoso de Trump na Convenção Nacional Republicana refletia os sentimentos deles em relação ao país.<sup>22</sup> E cerca de três quintos do Partido Republicano de Trump acreditam que as faculdades e universidades são ruins para os Estados Unidos.<sup>23</sup>

A desigualdade meritocrática e o conflito de classes corrompem também as elites, inclusive (mais uma vez paradoxalmente) de formas que beneficiam as medidas trumpistas que as mesmas elites desprezam. O fato de os filhos da classe média serem eficazmente excluídos não garante a inclusão dos mais ricos. E à medida que a desigualdade meritocrática leva a hierarquia a um ponto extremo, até mesmo os privilegiados enfrentam uma existência precária. As elites têm pavor de perder sua casta, e essa preocupação naturalmente as isola, alimentando também sua presunção em relação à classe média. Acima de tudo, as elites sabem que a meritocracia lhes favorece e suspeitam de que, embora não expliquem como isso ocorre, as mesmas forças que lhes dão brilho estendem uma mortalha escura sobre a classe média. Por mais puros que sejam seus motivos e legítimas que sejam suas vitórias, as elites meritocráticas estão envolvidas, inclusive por meio de empreendimentos que admiram, em desigualdades que deploram.

Máximas familiares sobre o privilégio e suas responsabilidades ainda propõem alinhar a desigualdade meritocrática ao interesse comum, insinuando que basta a elite se comportar bem para que tudo fique bem. Mas enquanto o ônus da meritocracia aumenta, e aumenta a desigualdade meritocrática, essas platitudes perdem força. O triunfalismo magnânimo que inundou a vida da elite nos primórdios da meritocracia deu lugar a uma arrogância atemorizada e frágil.

As elites fragilizadas desdenham dos hábitos e valores da classe média como mecanismo de defesa para evitar o autoquestionamento. Os meritocratas en-deusam a conquista, ou mesmo apenas a distinção, e desprezam a mediocridade como uma fortaleza contra a insegurança cada vez maior. Apegam-se a qualquer atitude ou prática — que vão do absurdo (esnobismo gastronômico) ao insensível (*rightsizing*, o redimensionamento corporativo) — que possam confirmar seus méritos e validar suas vantagens, na visão dos outros e, principalmente, na deles mesmos. Essas atitudes impeditivas e confusas agravam ainda mais os ressentimentos da classe média, e ao mesmo tempo debilitam politicamente as elites. Até agora, as elites continuam demasiado desencantadas para reinstaurar uma visão otimista na política norte-americana, ou mesmo para sustentá-la em seu interior. O descontentamento meritocrático valoriza o populismo obscuro de Trump para dominar a imaginação política inclusive entre as elites que debochavam dele.



## O PARADOXO DA MERITOCRACIA

O brilho da meritocracia sequestra a imaginação e distrai a atenção analítica. Domina a autoimagem da época, desmobilizando o espírito crítico e corrompendo os críticos. Mas basta arranhar a superfície, removendo-lhe o verniz, para que surja um poço profundo de descontentamento. O inconformismo com a meritocracia encerra um paradoxo dramático tão profundo que parece, dentro da ordem meritocrática, um contrassenso.

O ressentimento da classe média com a elite pode parecer mal dirigido. Hoje em dia, em princípio, qualquer um pode ter sucesso. A educação nunca recebeu tanto dinheiro nem foi tão acessível como na atualidade, e até mesmo as escolas e faculdades mais exclusivas — que no passado admitiam apenas homens brancos cristãos e, mesmo dentro desse grupo, selecionavam os alunos pelo berço — estão baseando a admissão no desempenho acadêmico. De forma análoga, empregos e carreiras desmontaram chauvinismos antiquados e agora estão cada vez mais abertos ao esforço e ao talento. Instituições que antes impunham a imensas categorias de cidadãos uma muralha de exclusão categórica admitem, hoje em dia, declaradamente quem quer que seja capaz.

A ansiedade experimentada pela elite surpreende em particular. A qualificação embutida num diploma de elite nunca foi tão boa, e os formandos nunca foram tão competentes. As vantagens sociais e econômicas conferidas pela educação nunca foram tão grandes. Os diplomados da elite deveriam estar orgulhosos de seu passado e confiantes quanto a seu status e ganhos futuros.

No entanto, as queixas persistem, se multiplicam e sobem de tom. A desigualdade meritocrática aumenta, e a meritocracia perde o charme, o que leva os receios da elite a se equipararem a uma insatisfação mais antiga e madura já bem conhecida da classe média norte-americana. As mágoas se impõem porque ligam a experiência vivida a uma verdade importante, moldando uma chave-mestra para diagnosticar os problemas que dominam a vida econômica e social de hoje, tanto no âmbito existencial pessoal quanto na esfera política pública. A desigualdade meritocrática constrói a imagem dos Estados Unidos como um país confiável e politicamente potente que, em outras condições, seria bizarra.

A insatisfação com a meritocracia convida a um ataque estrutural ao regime vigente, baseado na crítica da própria meritocracia. Embora pareçam indepen-

centes e mesmo opostas, a opressão da classe média e a exploração da elite têm raízes comuns. Por diversos meios e caminhos divergentes, a elite norte-americana, a classe média norte-americana e os próprios Estados Unidos estão presos na armadilha da meritocracia.

Como todas as coisas muito importantes, a meritocracia é difícil de entender vista de perto. Depois de cinco décadas de crescente desigualdade econômica, é como se, irreflexivamente e à primeira vista, a elite e a classe média vivessem em mundos separados. Segundo o senso comum, existem dois países nos Estados Unidos da atualidade: um para os ricos e outro para o restante.<sup>24</sup> As vozes mais estridentes, tanto na esquerda quanto na direita, afirmam que o país — na economia, na política e mesmo na vida social — está se dividindo.<sup>25</sup>

Se dermos um passo atrás, teremos uma perspectiva mais ampla e a revelação de que o senso comum está equivocado. A elite e a classe média não estão se dividindo de forma alguma. Pelo contrário, os ricos e o restante estão enredados numa lógica econômica e social única e mutuamente destrutiva. Seus ônus, que parecem opostos, são de fato dois sintomas de uma doença meritocrática comum. As elites meritocráticas chegam a sua casta por meio de um processo que exclui brutalmente a maior parte dos norte-americanos e, ao mesmo tempo, assedia sem dó nem piedade aqueles que nele se integram. As frustrações profundas, embora não expressas, que destroem as duas classes — ressentimento sem precedente dentro da classe média e ansiedade incompreensível dentro da elite — são redemoinhos de uma mesma correnteza.

*A cilada da meritocracia* começa — assim como uma doença nova ao ser descoberta — ao se instalarem os sintomas da meritocracia avançada. Assim, a Parte I deste livro trata das insatisfações da meritocracia e relata o custo humano de uma hierarquia de casta que, ao mesmo tempo, exclui a maioria e prejudica os poucos eleitos. O texto pretende narrar compassivamente os fatos da vida dentro da desigualdade meritocrática e os sentimentos que esses fatos desencadeiam, de modo que as pessoas, ao longo da divisão meritocrática, reconheçam a experiência vivida e respondam: “Sim. É assim que as coisas são para nós.” Como o charme da meritocracia dissimula seus males, e portanto confunde os que sofrem as frustrações impostas por ela, o reconhecimento começa a trazer libertação. Esse sentimento traz alívio, mesmo quando a sensatez recente recomenda um desconfortável autoexame e uma pungente autorrecriação.

Em seguida, a Parte II descreve em detalhes o funcionamento da meritocracia. Essa empreitada explica os pactos sociais e econômicos — relacionados a renda, educação e trabalho — que a meritocracia estabelece. Relata os meios pelos quais os desdobramentos da ordem meritocrática causaram uma distribuição amplamente desigual dos privilégios e expõe os mecanismos pelos quais a desigualdade resultante prejudica tanto a classe média quanto a elite. A argumentação mostra, a cada passo, que essas desigualdades e esses ônus nascem não devido a desvios ou retrocessos da meritocracia, mas diretamente do seu sucesso, por conta de sua consumação. Os movimentos internos da máquina meritocrática revelam a construção da armadilha meritocrática.

Finalmente, a Parte III desmascara a meritocracia — expondo uma nova forma de aristocracia, feita sob medida para um mundo em que a maior fonte de renda e riqueza não é a terra, mas o trabalho. A meritocracia se diz justa e benevolente, afirma que combina o interesse privado ao bem comum e que pretende promover a liberdade e a oportunidade para todos. Na verdade, a desigualdade social e econômica na meritocracia denuncia os valores que seus princípios declarados endossam e seus rituais exaltam. Como fazia a aristocracia, a desigualdade meritocrática agora organiza de modo abrangente a vida das pessoas presas em sua armadilha. E, como na aristocracia, a desigualdade meritocrática estabelece uma hierarquia duradoura e autossustentável, apoiada por retroalimentação de partes móveis da meritocracia. O mérito em si não é uma virtude autêntica, mas forjada — da mesma forma que as falsas virtudes trombeteadas pelos aristocratas no Antigo Regime — para racionalizar uma distribuição injusta de privilégio.

## COMO ESCAPAR DA CILADA DA MERITOCRACIA

*A cilada da meritocracia* foi concebida no interior da máquina institucional meritocrática — com efeito, num dos rituais que sustentam o charme da meritocracia — e está mergulhada em todas as complexidades e os paradoxos que a meritocracia enseja.

Em maio de 2015 — um mês antes que Donald Trump entrasse no saguão da Trump Tower para anunciar sua candidatura à presidência —, os formandos da Escola de Direito de Yale pediram que eu fizesse seu discurso de for-

matura. Como muita gente, eu vinha pensando na desigualdade econômica, e por isso resolvi comparar a opulência desmedida herdada pelos formandos da elite ao quinhão reduzido e desvalorizado reservado ao restante da população dos Estados Unidos. Tive a ideia de pôr os formandos diante da fábula da moralidade convencional — uma advertência severa contra a tentação de explorar seus diplomas em troca de ganhos estritamente privados, em combinação com uma invocação devotada de atender ao bem público.

Mas assim que me pus a escrever e me imaginei falando aos estudantes que conhecia — cujos privilégios indiscutíveis traziam consigo mais aflições do que vantagens —, o impulso de fazer justiça me abandonou e foi substituído por algo ainda mais estranho: um curioso amálgama de forte empatia e pressentimento sinistro. Embora na época eu não pudesse distinguir por meio dos paradoxos da meritocracia uma forma de resolvê-los, um novo posicionamento emocional e um contexto para a organização de minhas observações despertaram. As pessoas são mais benévolas do que o senso comum supõe, mas as circunstâncias são muito mais malignas.

Tanto a fé abraçada pelos defensores da meritocracia quanto a ira sacrossanta dos críticos da desigualdade avaliam mal os desafios que encaramos. Nossos receios referentes à meritocracia e à desigualdade econômica são justificados, mas não podem ser resolvidos pela identificação de vilões, nem mesmo pela correção de erros evidentes. Antes de mais nada, eles refletem uma disfunção profunda e generalizada no modo como estruturamos e recompensamos a qualificação e o trabalho — ou, de modo elementar e imediato, na maneira como levamos a vida. Esse diagnóstico não ataca ninguém, mas deve desconcertar a todos.

Ainda que desconfortável, o diagnóstico traz também esperança de cura. Fomos treinados para pensar a desigualdade econômica como um jogo em que se ganha ou se perde: como se a redistribuição, ao beneficiar os mais abaixo, onerasse os mais acima. Mas esse não é o caso. A desigualdade meritocrática na verdade não favorece ninguém, e a fuga da armadilha meritocrática beneficiaria praticamente a todos. A emancipação em relação à meritocracia recuperaria os norte-americanos de classe média, agora privados de dignidade e prosperidade, para uma participação plena na vida social e econômica. A emancipação levaria a elite, atualmente envolvida numa extenuante autoexploração, a negociar uma redução facilmente suportável da riqueza e do status em troca do aumento

precioso do lazer e da liberdade, a reivindicação de um eu autêntico. A emancipação curaria uma sociedade que a meritocracia tornou opressiva e cética.

O problema se reduz a como, na prática, escapar da cilada meritocrática: como intermediar a política e definir as medidas necessárias para restabelecer uma ordem social e econômica mais democrática. Não é uma tarefa fácil. Se o diagnóstico deste livro estiver correto, a desigualdade meritocrática brota de forças econômicas e sociais cuja potência e profundidade se equiparam às das que estavam em jogo quando o capitalismo industrial substituiu a agricultura feudal há dois séculos. E mesmo que pudéssemos voltar no tempo, em 1800, e explicar a um rei ou primeiro-ministro bem-intencionado que, em 1860, as forças da industrialização destruiriam a ordem social e causariam tanta desigualdade a ponto de a expectativa de vida de um recém-nascido na área urbana de Manchester cair a um patamar nunca antes atingido desde a Peste Negra, haveria poucas chances de deter o declínio.<sup>26</sup>

No entanto, estamos mais conscientes e mais eficientes que as gerações passadas. Se chegarmos a entender que a desigualdade meritocrática gera um prejuízo quase universal, poderemos reunir vontade política para remediá-la. E, se pudermos reunir a vontade política, teremos maior liberdade para fazer política e mais capacidade de influenciar os acontecimentos. Este livro parte da convicção de que o entendimento político — referente mais a forças estruturais do que a recriminações moralistas — é uma condição necessária para a ação inteligente e eficaz. Ele aspira a catapultar o entendimento à condição de força política pela mudança e também a propor medidas concretas que reivindiquem uma ordem social e econômica mais igualitária e democrática.

Essas esperanças invocam virtudes — clareza de pensamento e capacidade de transformar o entendimento em ação eficaz — que normalmente são associadas à meritocracia. E não há contradição em supor que a meritocracia pode resolver seus próprios problemas, destravar a própria armadilha, recuperar a promessa democrática original e remodelar uma sociedade aberta e justa, cuja elite faça tudo para promover o bem comum.

Por outro lado, a esperança não é um plano. Para escapar da armadilha da meritocracia, a política tem de superar todas as vulnerabilidades e os maus incentivos que a meritocracia santifica na vida pública. Tanto os ricos quanto os demais devem aprender a enxergar através de seus receios — do ressentimento

populista e xenófobo à competitividade e à condescendência arrogante — que atualmente os separam. Ambas as classes devem reconhecer que seus desentendimentos e mesmo seus antagonismos têm uma fonte comum na meritocracia. E ambas devem reunir-se numa coalizão em que cada uma alivie as próprias aflições, compreendendo — e até dando suporte — os fardos meritocráticos que então afligem a outra.

Mesmo em circunstâncias nas quais todo mundo se beneficie da renovação democrática, chegar a essa coalizão exige uma criatividade disciplinada. Mas os inconvenientes da meritocracia reduzem a mínimas proporções as virtudes que essa política generosa e redentora exige. Além disso, a ansiedade e o rancor impedem tanto os ricos quanto os demais de reconhecerem que alternativas imediatas mais atraentes apenas semeiam tempestade. Uma coalizão muito diferente de oligarcas manipuladores e populistas ressentidos ameaça agora repudiar integralmente a meritocracia para implantar algo muito mais obscuro no lugar.

A cegueira para esse risco — bem à vista quando os Estados Unidos, incompreensivelmente, permitem a ascensão de Donald Trump — seria o paradoxo final da meritocracia.



A IDEIA DE MERITOCRACIA — QUE PREMIARIA OS MAIS ESFORÇADOS E HABILIDOSOS — PODE PARECER O MODELO MAIS JUSTO PARA SUBSTITUIR A ARISTOCRACIA, QUE RESERVA RIQUEZA E PRESTÍGIO SEMPRE PARA OS MESMOS ESCOLHIDOS, POR MEIO DE HERANÇA.

Hoje, porém, em sociedades tão marcadas por desigualdades — inclusive de raça e gênero —, como é o caso do Brasil, o conceito tem sido muito questionado.

Daniel Markovits analisa a fundo a sociedade norte-americana e destrincha como a meritocracia, no fim das contas, é prejudicial tanto para a elite quanto — e principalmente — para a classe média e os pobres. Isso porque, hoje, ela se transformou no que foi concebida para combater: um mecanismo de concentração e transmissão dinástica de riqueza e privilégios. A mobilidade para ascender socialmente tornou-se uma fantasia, e a classe média está mais propensa a afundar na pobreza do proletariado do que a se tornar parte da elite profissional.

Ao mesmo tempo, seu conceito seduz até os que conseguem trilhar a duras penas um caminho bem-sucedido, exigindo que adultos ricos trabalhem com intensidade esmagadora, valendo-se de superperformações — que, em geral, só a elite pode pagar — para conseguir retorno. E, além de criar um cenário que acirra a luta de classes, esse sistema ainda abre espaço para o surgimento de lideranças populistas, que crescem insuflando o ressentimento de uma grande parcela da sociedade.

Estes são os argumentos que Markovits desenvolve com rara força, apresentando pontos pertinentes para expor a farsa da meritocracia. Tendo passado a vida em universidades de elite, o autor conhece por dentro o sistema corrosivo em que a sociedade norte-americana está aprisionada. E também sabe que, se entendermos que a desigualdade meritocrática produz um mal praticamente universal, possivelmente encontraremos uma alternativa mais saudável. *A cilada da meritocracia* não apenas revela os mecanismos dessa engrenagem, como também demonstra quais seriam os primeiros passos que poderiam nos levar em direção a um mundo novo, mais capaz de proporcionar dignidade e prosperidade às pessoas.

SAIBA MAIS EM:

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1092/>